

Estado do Rio Grande do Sul MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

Exmo. Sr. Vereador **RAFAEL PASQUALOTTO (PP)** Presidente da Câmara Municipal de Bento Gonçalves Nesta.

Excelentíssimo Presidente:

Em atenção ao **r. DESPACHO**, recebido em 04 de julho de 2023, e em conformidade com o art. 140, do Regimento Interno desta Colenda Câmara Municipal, estamos encaminhando a Redação Final do **Projeto de Lei nº 51, de 2023**, que "Institui o Plano Municipal de Turismo de Bento Gonçalves".

Alertamos, por oportuno, que na Redação Final houve correções na técnica legislativa redacional, em detrimento ao Projeto de Lei original, para que sejam consideradas no encaminhamento da respectiva sanção.

Sem mais, com alta estima e elevado apreço, subscrevemo-nos, Cordialmente.

Bento Gonçalves, 07 de julho de 2023.

Vereador THIAGO ISRAEL FABRIS (PP)

Presidente da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

D. Jaime Zandonai

Advogado - OAB/RS nº 38.659

Procurador Jurídico

AUTÓGRAFO LEGISLATIVO:

Vereador RAFAEL PASQUALOTTO (PP)

Presidente da Câmara Municipal de Bento Gonçalves



Estado do Rio Grande do Sul MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2023.

		Institui o Plano Municipal de Turismo de Bento Gonçalves.
Gonçalves, e eu sanciono e prom	DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA, P	Prefeito Municipal de Bento
	Faço saber, que a Câmara Municipal de Bento Gonçalves aprovou nulgo a seguinte Lei:	
Art. 1º É instituído o Plano Municipal de Turismo constante no Anexo Único, parte integrante desta Lei, o qual contém a proposta de turismo do Município de Bento Gonçalves, definindo as diretrizes, os objetivos e as metas, em conformidade com o Plano Nacional de Turismo.		
Parágrafo único. O Plano Municipal de Turismo terá duração de 06 (seis) anos, a contar de 1º de janeiro de 2020.		
Art. 2º É de competência do Conselho Municipal de Turismo de Bento Gonçalves, proceder ao acompanhamento e às avaliações periódicas do Plano Municipal de Turismo, para sua implantação e operacionalização.		
Art. 3º O Município divulgará o Plano Municipal de Turismo para a população, visando a participação no acompanhamento de sua execução.		
	Art. 4º Esta Lei será regulamentada	por Decreto, no que couber.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 6.023, de 15 de dezembro de 2015.		
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a data de 1º de janeiro de 2020.		
dias do mês	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPA de de dois mil e vir	
	DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA Prefeito Municipal	